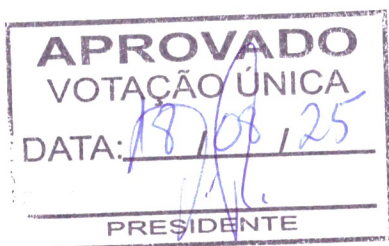




**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Gabinete do Vereador Mongin**

---

**ANTEPROJETO DE LEI Nº 013/2025**



Regulamenta, no âmbito do Município de Miguel Pereira/RJ, a Lei Federal nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta, no âmbito do Município de Miguel Pereira, a execução da Lei Federal nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, estabelecendo diretrizes para a capacitação anual em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino da educação básica, públicos e privados, bem como de estabelecimentos de recreação infantil.

**Art. 2º** Os cursos de capacitação terão como objetivo habilitar os profissionais a agir de forma preventiva e imediata em situações de emergência até a chegada do atendimento especializado, em conformidade com a natureza e a faixa etária do público atendido.

**Art. 3º** Compete ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e com a equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU de Miguel Pereira, a coordenação, execução e fiscalização das ações decorrentes desta Lei.

**Art. 4º** Caberá à Secretaria Municipal de Educação:

- I – definir, por ato normativo, a proporção mínima de profissionais capacitados por unidade de ensino ou recreação, observando o porte da instituição;
- II – organizar, anualmente, calendário de capacitações para os estabelecimentos da rede pública;
- III – manter cadastro atualizado dos profissionais capacitados em cada unidade escolar;



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Gabinete do Vereador Mongin**

---

IV – fiscalizar o cumprimento das obrigações pelas instituições privadas.

**Art. 5º** Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a equipe do SAMU de Miguel Pereira:

- I – ministrar diretamente as capacitações em primeiros socorros;
- II – fornecer suporte técnico e orientações sobre kits de primeiros socorros;
- III – assegurar a integração das escolas à rede municipal de urgência e emergência;
- IV – elaborar, em parceria com a Secretaria de Educação, material pedagógico e didático para apoio às formações.

**Art. 6º** Os estabelecimentos de ensino e recreação, públicos ou privados, deverão:

- I – designar os profissionais que participarão das capacitações anuais;
- II – manter kits de primeiros socorros em local de fácil acesso, de acordo com normas técnicas;
- III – afixar, em local visível, a certificação da capacitação e o nome dos profissionais treinados;
- IV – comunicar imediatamente ao SAMU ou à unidade de saúde de referência qualquer ocorrência grave.

**Art. 7º** O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, aplicadas pela autoridade administrativa competente:

- I – notificação de descumprimento;
- II – multa;
- III – em nova reincidência, cassação do alvará de funcionamento ou da autorização expedida pelo órgão municipal de educação, no caso de instituições privadas.

**Parágrafo único.** No caso das unidades públicas, a reincidência poderá ensejar responsabilização administrativa e patrimonial do gestor escolar.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua publicação.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Gabinete do Vereador Mongin**

---

**JUSTIFICATIVA**

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade adequar o Município de Miguel Pereira às disposições da Lei Federal nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, que tornou obrigatória a capacitação em primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino e de recreação infantil.

A norma federal recebeu este nome em homenagem ao menino Lucas Begalli Zamora, de apenas 10 anos, que faleceu em 2017, vítima de asfixia após engasgar-se com um pedaço de alimento durante um passeio escolar em Campinas/SP. Infelizmente, os profissionais responsáveis não possuíam o treinamento adequado para agir de imediato, o que evidenciou a necessidade urgente de preparação de educadores e cuidadores para lidar com emergências até a chegada do atendimento especializado.

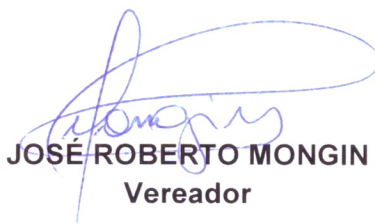
Inspirada nessa tragédia, a presente proposição busca assegurar que situações semelhantes não se repitam em nosso município. Para tanto, estabelece que a capacitação será realizada diretamente pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU de Miguel Pereira, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação, garantindo a qualificação técnica e a credibilidade do treinamento oferecido.

A medida representa um importante avanço na proteção da vida e da saúde das crianças e adolescentes, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal e com os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com a regulamentação proposta, Miguel Pereira dará um passo significativo para reforçar a segurança escolar, assegurando que professores e funcionários estejam aptos a agir com rapidez e eficiência diante de emergências, prevenindo sequelas e, sobretudo, salvando vidas.

Diante do exposto, submeto este Anteprojeto à análise dos Nobres Pares, convicto de que sua aprovação representará uma medida de grande alcance social e humanitário para o município.

**Sala Hamilton Ferreira Gomes, 18 de agosto de 2025.**

  
**JOSÉ ROBERTO MONGIN**  
**Vereador**